



DESENVOLVIMENTISMO TRANSFORMADOR

Resumo

O artigo trata do desenvolvimentismo como expressão ideológica do desenvolvimento capitalista na América Latina. A intenção é mostrar que o desenvolvimentismo, em determinadas circunstâncias e formas, pode produzir transformações que engendrem progresso. Para tanto, utiliza-se da referência e base do trabalho de Mollo (2015), no qual esta perspectiva é originalmente desenvolvida. Algumas proposições a mais são incorporadas, todas elas relacionadas à condição estrutural da inserção da região no capitalismo financeirizado. Ao final, sustenta-se que as condições concretas do desenvolvimento latino-americano não apontam para esta perspectiva, embora sejam possíveis ações de aproximação, as quais são brevemente apontadas.

Palavras chave: desenvolvimentismo; desenvolvimentismo marxista; desenvolvimentismo transformador; desenvolvimento brasileiro; desenvolvimento latino-americano; desenvolvimento

Classificação JEL: B50, P16

Abstract

The article deals with developmentalism as an ideological expression of capitalist development in Latin America. The intention is to show that developmentalism, in given circumstances and forms, can produce transformations that engender progress. To do so, we use the reference and basis of Mollo's work (2015), in which this perspective is originally

NIEMEYER ALMEIDA FILHO

Professor Titular do
Instituto de Economia e
Relações Internacionais da UFU
(nafilho@ufu.br)¹

developed. Some more propositions are incorporated, all of them related to the structural condition of the insertion of the region into the financialized capitalism. In the end, it is maintained that the concrete conditions of Latin American development do not point to this perspective, although approximation actions are possible, which are briefly mentioned.

Keywords: developmentalism; Marxist developmentalism; transformational developmentalism; Brazilian development; Latin American development; development

1. Introdução

O desenvolvimentismo e suas proposições de políticas vêm sendo objeto de discussões acadêmicas recorrentes no Brasil nos últimos quinze anos, desde que a candidatura de Lula se consolidou ao longo do segundo mandato dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) e, sobretudo, depois que, vencidas as eleições, iniciou-se a fase dos governos de coalizão liderados pelo Partido dos Trabalhadores (2003-2016). A identificação, a princípio pouco ostensiva e declarada, deu lugar a uma explicitação do que vem sendo chamado na literatura brasileira de social-desenvolvimentismo. Uma interessante e suficiente apreensão deste debate pode ser feita mediante leitura dos trabalhos de Bielschowsky (1988), Fonseca (2004), Carneiro (2012), Mollo e Fonseca (2013), Mollo e Amado

(2015) e Bresser-Pereira (1991; 2006). Documentos complementares são os Planos Plurianuais de 2004-2007, 2008-2011, especialmente o de 2012-2015, e as “Diretrizes de Governo” (<http://www.planalto.gov.br/presidencia/diretrizes-de-governo>).

Em âmbito social mais amplo, que inclui o espaço político dos partidos brasileiros, essas proposições não ganharam a mesma relevância, talvez pela simples razão de que não há representação política ideológica relevante no Brasil. Há 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e destes, poucos se caracterizam como ideológicos, tendo pouca ou nenhuma representação no Congresso Nacional. Neste caso, o embate está centrado na definição da política econômica, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nos Orçamentos Anuais.

Em Mollo (2015)², essas discussões estão descritas, sintetizadas e analisadas, de modo que o artigo, parece-me, dá um passo à frente numa análise da polarização entre três posições que podem ser encontradas na literatura. A primeira é a posição que pode ser simplificada e tratada de Neoliberal, embora apresente “nuances”. Ela traduz a ideia da primazia do mercado, sem necessariamente alcançar o paroxismo

1 O autor agradece os comentários de Pedro Cezar Dutra Fonseca e Maria de Lourdes Mollo na leitura dos originais, além da contribuição dos pareceristas na produção do texto final.

2 Esta perspectiva foi antecipada no artigo Mollo e Fonseca (2013, pp.225-226), porém não como o centro da argumentação, razão pela qual nos concentraremos apenas em Mollo (2015)

de Hayek, que toma a intervenção do Estado para além de suas funções clássicas liberais como intrinsecamente ruins. A ação do Estado assume característica corretiva ou complementar ao papel do mercado e nunca de limitação da concorrência³.

A segunda posição é a desenvolvimentista, em suas diversas vertentes, para a qual alguma “ação econômica” do Estado é indispensável, a princípio pelo argumento básico keynesiano de que a economia capitalista não tende ao equilíbrio de pleno emprego, sendo ainda sujeita a flutuações regulares que podem chegar, como na fase atual no Brasil, à instabilidade e a quedas agudas. Finalmente, a terceira posição é a marxista, evidentemente sujeita a matizes, caracterizando-se por uma postura anticapitalista, embora compatível, em termos de formulação da natureza do capitalismo, com a perspectiva keynesiana.

O artigo de Mollo explora essas posições com referências bibliográficas bastante sólidas. Ao final, sustenta o que poderia ser caracterizado como uma quarta posição na polarização apresentada acima, na qual o desenvolvimentismo assumiria, necessariamente, ações transformadoras, sobretudo aquelas que permitissem representação política e espaços de ação aos menos favorecidos e cooperação ao invés de concorrência.

Este artigo pretende acrescentar alguns elementos a esta “quarta posição”, por considerá-la uma inovação importante ao debate. Nossa hipótese é que se encontram, no escopo do desenvolvimentismo, proposições de políticas que podem ser consideradas de transformação social estrutural. Neste sentido, à diferença da crítica recorrente da perspectiva marxista ao desenvolvimentismo, ele não se constitui numa ideologia homogênea, admitindo variações no plano das proposições de políticas de desenvolvimento. Assim sendo, somamo-nos a Mollo e àqueles que pretendem superar a dicotomia reforma/revolução imposta pelo debate histórico brasileiro pelo menos desde os anos 1970, recolocado na quadra dos anos 2000⁴.

Na primeira seção, descrevemos as conclusões do artigo de Mollo (2015). Na segunda seção, colocamos algumas questões do desenvolvimento brasileiro, que exigiriam o exercício do argumento em outros níveis de abstração. Finalmente, apresentamos nossas próprias conclusões.

³ Veja-se, por exemplo, Caminho da Servidão, publicado diversas vezes, em diferentes línguas, desde a edição original inglesa de 1944.

⁴ A referência histórica aqui mencionada começa quando a transição brasileira ao capitalismo avançado é concluída. Antes disto, a discussão relaciona-se justo com a natureza da transição ao capitalismo. Há diferentes interpretações sobre este momento de conclusão, mas nenhuma delas estende a transição para além dos anos 1970 (MELLO, 1982; CANO, 1993). O desenvolvimentismo tem seu momento de consolidação como ideologia no período do governo Juscelino, portanto, ainda na quadra histórica da transição ao capitalismo (CARDOSO, 1972). Já nos anos 2000, o capitalismo brasileiro apresentava dinâmica capitalista dependente, mas avançada em termos de técnicas de produção, de modo que o debate sobre as políticas de desenvolvimento estabelece-se em outras bases.

2. O desenvolvimentismo progressista

O artigo de Mollo (2015), para além de uma resenha do debate sobre desenvolvimento brasileiro, tem o objetivo final de aproximar posições, a princípio inconciliáveis, de marxistas e (pós) keynesianos. A aproximação é feita, em termos políticos, daquilo que seria uma estratégia de desenvolvimento concreto da sociedade brasileira, que ela pressupõe não apresentar condições objetivas de rupturas revolucionárias, no sentido de transformação essencial e aguda das suas bases capitalistas. Nesta situação histórica, as transformações ocorreriam na margem, ou de forma parcial, permitindo aproximação entre posições de reforma/aperfeiçoamentos às de acúmulo de forças em favor da mudança mais radical. Evidentemente, essas são caracterizações simplificadas das posições que podem ser efetivamente localizadas na sociedade brasileira.

Para essa aproximação, ela toma como base uma determinada concepção de desenvolvimentismo, sustentada em dois trabalhos: o de Bielschowsky (1988), em que se define desenvolvimentismo como a “ideologia de transformação da sociedade brasileira”; e o de Fonseca (2004), em que o desenvolvimentismo é pautado num projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, e na ideia de que não se viabiliza pela espontaneidade das forças de

mercado, exigindo a atuação do Estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto. Em outras palavras, o desenvolvimentismo apreenderia a característica intrínseca do capitalismo de se resolver no crescimento, apostando nas ações do Estado que possam acelerá-lo numa determinada direção, que entendo ser, sobretudo, a de inclusão social capitalista, de modo a potencializar a extensão do mercado⁵.

É a partir dessa concepção de desenvolvimentismo que Mollo (2015) formula pelo menos dois nexos entre as concepções teóricas marxista e (pós) keynesiana de desenvolvimento capitalista, começando pelo conceito de Estado.

Segundo ela, a posição marxista é de um Estado de classes, organicamente vinculado ao mercado e com funções de reprodução social. Neste campo, a polémica giraria em torno de uma possível autonomia relativa, nos termos de Poulantzas (1971), a qual – existindo – conferiria ao Estado potencial de realizar diferentes ações estruturantes. A posição de Mollo (2015) é de considerar como possíveis as políticas estatais

5 Em Fonseca (2015) há exaustiva e rigorosa discussão sobre o conceito de desenvolvimentismo, mostrando raízes fenomênicas históricas e o plano categorial. A utilização do conceito que fazemos aqui é compatível com a síntese final desse trabalho, embora nos concentremos no debate contemporâneo, entendido como aquele dos anos 2000, e em muito orientado pela discussão política do período.

voltadas para a melhoria das condições dos trabalhadores na mediação necessária entre capital-trabalho, denominando-as de políticas desenvolvimentistas “marxistas”.

Por outro lado, os (pós) keynesianos veem a ação do Estado como indispensável, considerando o seu caráter de mitigação da instabilidade e da concentração de renda/riqueza, e mesmo a sua capacidade de estimular e sustentar uma tendência positiva do crescimento econômico e do emprego.

O nexos entre as duas posições estaria tanto na exigência de uma ação estruturante do Estado, para além de qualquer papel complementar ou corretor típico do liberalismo, quanto na ação de expansão do emprego e dos salários.

Um segundo aspecto relevante é a concepção de dinheiro e moeda. Se não há um fundamento comum a marxistas e a (pós) keynesianos a respeito da função social do dinheiro, haveria compatibilidade na forma de apreender a importância do mesmo na dinâmica capitalista. Para ambos, a economia capitalista é necessariamente monetária, de modo que a coordenação ou o controle do dinheiro (crédito) é essencial. O sentido desta coordenação não chega a ser discutido.

A conclusão do confronto de posições e da análise dos dois nexos teóricos que poderiam vincular marxistas e (pós) keynesianos é que para esses últimos a transformação social

progressista é decorrência do crescimento com diminuição de instabilidade. O progresso é obtido pela expansão do emprego e dos salários (consumo) e da participação do Estado (consumo e investimento), de modo que há transferências objetivas (serviços sociais) e subjetivas (ampliação dos espaços compartilhados). Uma eventual ênfase na melhoria das condições sociais, como, por exemplo, a política do salário mínimo, é fruto de argumentos morais de equidade, de modo que perdas individuais sociais são tidas como intrínsecas ao sistema, podendo, no máximo, serem amortecidas ou superadas por novas condições de progresso.

A parte final do artigo está dedicada ao que seria o desenvolvimentismo “marxista”, isto é, um desenvolvimentismo em que a transformação social fosse parte de um projeto de desenvolvimento. Esta é a quarta posição no debate a que nos referimos na introdução.

A esse respeito, nossa posição é que é preciso contar com políticas estatais para melhorar a inserção dos trabalhadores na relação capital-trabalho. (...) O aumento do emprego e do salário, com crescimento, melhora a posição relativa do trabalhador na relação capital-trabalho e amplia o poder do trabalhador não apenas imediatamente contra o capital, mas para se preparar para assumir o processo de produção e as transformações necessárias ao capitalismo. (MOLLO, 2015, pp. 749-750)

Para além desses dois nexos – Estado e dinheiro –, o artigo trata das posições políticas distintas de marxistas e (pós) keynesianos diante do capitalismo. Estes últimos seriam defensores ou resignados do/ao capitalismo. Os primeiros caracterizam-se como anticapitalistas, de modo que, para eles, ao menos dois aspectos exigiriam regulação: o caráter mercantil da produção capitalista e a exploração envolvida na geração do lucro.

Neste último sentido, um desenvolvimentismo “marxista” deveria ser centrado na ampliação de formas de produção cooperativas. Estas teriam o potencial de qualificar ou mesmo alterar a concorrência de mercado e, por extensão, mitigar a concentração/centralização do capital.

Se, para pós-keynesianos, o investimento é a decisão mais importante, porque aumenta renda e emprego de forma multiplicada, para os marxistas, apesar da exploração, o emprego é fundamental para a inserção social do trabalhador no capitalismo. O desemprego, além de negar ao trabalhador a inserção social, reduz o seu poder de barganha e os salários, e reduz o seu poder de organização como classe, como vimos acima, e assim tende a piorar, a médio e longo prazos, a própria posição do trabalhador na relação capital-trabalho.

Finalmente, mas não menos importante, o mercado não conduz ao equilíbrio de pleno emprego para os pós-keynesianos, o que justifica uma ação do Estado. Isso porque o investimento, para eles, depende da rentabilidade marginal do capital (eficiência marginal do capital) ser superior

ao custo do investimento (a taxa de juros). A eficiência marginal do capital, porém, não pode ser calculada, e é fruto de conjecturas dos investidores sobre o que ocorrerá no futuro, dependendo de fatores incertos não probabilizáveis. Quanto à taxa de juros, depende da oferta e da demanda de moeda, que, por sua vez, dependem das preferências pela liquidez de bancos e público em geral, o que também se relaciona com a incerteza tal como é percebida por eles. Assim, o investimento é, para os pós-keynesianos, uma variável volátil, o que explica que a instabilidade da renda e do emprego seja um fato normal no capitalismo. (MOLLO, 2015, pp. 752-753)

Um segundo aspecto relevante diz respeito ao caráter mercantil do desenvolvimento capitalista: a crítica ao papel do mercado capitalista como regulador da produção social, numa condição em que a propriedade privada é elemento constitutivo da sociedade.

Para os marxistas, (...) a crítica ao mercado é mais contundente. Ela passa pela ideia de falta de consciência da sociedade quanto à divisão social do trabalho quando ela, como é o caso do capitalismo, é feita por meio de uma coisa, o dinheiro, e se impõe como regra aos participantes da sociedade. No capitalismo, os trabalhos são realizados de forma privada, aparentemente independentes uns dos outros, mas todos são compradores e, para isso, precisam vender, o que impõe uma dependência recíproca. É por meio da venda, ou do dinheiro, no momento dela, que essa dependência recíproca se explicita, porque é pela conversão ou metamorfose das mercadorias

em dinheiro no capitalismo que os trabalhos privados recebem validação social, e é dessa forma que o dinheiro insere socialmente todas as classes. (...) A análise de Marx do início de O Capital, mas especialmente do dinheiro, nos Grundrisse, é bastante crítica a respeito desse papel do dinheiro na divisão social do trabalho e da importância e do poder social que ele adquire em função disso. (*idem, ibidem*, p. 753)

E conclui afirmando que uma forma de superar essa “dependência objetiva” é “criar canais de escuta e expressão alternativos para evitar, justamente, o caráter autônomo e impositivo que as regras de mercado têm sobre a forma de inserção social, a vida, e as relações recíprocas dos indivíduos neste tipo de sociedade”. (*ibidem*, p. 754).

A parte final do artigo é destinada a aprofundar o que seriam alternativas marxistas ao processo de desenvolvimento capitalista. Esta parte final, embora interessante, não é fundamental para o objetivo deste nosso artigo, que é o de colocar alguns outros elementos ao desenvolvimentismo “marxista”, que passaremos a chamar de Desenvolvimentismo Transformador.

3. Desenvolvimentismo Transformador

Parece-nos que os argumentos de Mollo (2015) tratam de questões muito relevantes para o desenho de um projeto político desenvolvimentista transformador, embora tenham deixado em segundo plano outras questões

igualmente importantes e que dizem respeito ao desenvolvimento do capitalismo na periferia latino-americana.

Como está claro sobretudo no artigo de Fonseca (2004), o desenvolvimentismo tem localização histórica num período que se inicia na fase de transição ao capitalismo no Brasil e em grande parte da América Latina (anos 1930 a anos 1950), alcançando o desenvolvimento contemporâneo. Isto significa que esta ideologia nutre-se de uma base concreta de um determinado capitalismo já integrado e com determinada inserção na divisão internacional do trabalho. Portanto, discutir o desenvolvimentismo e suas eventuais possibilidades de transformação social exige discutir as possibilidades de desenvolvimento dessas sociedades latino-americanas.

Em outro artigo – Almeida Filho e Paulani (2011) –, tratamos da natureza do capitalismo contemporâneo. O texto explora o processo de financeirização da riqueza capitalista e, por extensão, o processo de acumulação de capital que ocorre a partir dos anos 1980 e, especialmente, dos anos 1990.

Para o que interessa a este artigo, o ponto importante é que o Estado tem seu papel modificado, ganhando funções estruturais ampliadas na gestão do dinheiro e no apoio ao capital privado. Duas são as referências da análise: as de François Chesnais e David Harvey. Este último mostra como o Estado aprofunda

responsabilidades de mitigar o aumento orgânico do grau de instabilidade sistêmica mediante transferências regulares dos recursos públicos ao âmbito privado. Harvey denomina este processo de espoliação (HARVEY, 2004).

Essa característica do Estado expressa uma mudança de natureza do capitalismo contemporâneo, que se constitui, na perspectiva marxista, num elemento teórico fundamental, pois esta visão toma o capitalismo global como um sistema complexo. Nele, as partes, sejam elas economias nacionais ou quaisquer outros recortes teóricos analíticos, têm relações orgânicas. Portanto, parece-nos imprescindível considerar essas determinações da natureza do sistema global para a análise tanto das possibilidades do desenvolvimento nacional, quanto das suas condições concretas.

Ainda sobre as determinações colocadas no plano do desenvolvimento capitalista global e sobre aspectos tratados em Almeida Filho e Paulani (2011), parece-nos indispensável incorporar elementos do processo de reprodução do capital na escala nacional. A questão relevante é apreender a função do Estado neste processo, especialmente o alcance da sua função reguladora. Há controvérsia sobre isto, pois a literatura crítica avançou para considerar uma mudança estrutural da função que historicamente o Estado cumpre no processo de reprodução da sociedade.

Para Harvey, no capitalismo atual, o processo de financeirização aprimora e aprofunda uma característica que lhe seria constitutiva, qual seja, sua tendência a espoliar. Tudo se passa como se o “algo fora de si mesmo”, com o qual o capitalismo tem sempre de contar para que o “motor da acumulação não pare de repente”,⁶ tenha se tornado agora a regra do sistema. Com isso, a lógica territorial ganha uma feição ainda mais capitalista, já que a acumulação por espoliação requer o Estado como elemento ativo do processo, pois só assim as ordenações espaço-temporais, sempre presentes na atividade da acumulação, podem adquirir o caráter espoliador requerido. (ALMEIDA FILHO & PAULANI, 2011, p. 266)

A consequência do argumento, e ainda seguindo Harvey, é que o sistema capitalista, sendo portador de instabilidade estrutural, ganha conteúdo de fragilidade sistêmica, quando o capital financeiro assume comando do processo.

A utilização desses dois últimos termos – instabilidade estrutural e fragilidade sistêmica – não é casual. É Chesnais (2005) quem faz a distinção, buscando afirmar o caráter inédito desta fase da história capitalista. Nos termos da aproximação entre as diferentes visões aqui proposta, consideramos que a instabilidade tem a ver com a ordem social, vale dizer, com a característica de que o processo de produção material é intrinsecamente privado, como nos aponta Claus Offe, interpretação que também não é estranha à primeira

⁶ É o próprio Harvey quem resgata essa forma de expressão, muito apropriada, cunhada por Hanna Arendt em seu livro sobre o imperialismo.

formulação de Hirsch (1978), quando o Estado foi visto tão somente como um expediente a ser utilizado pela classe capitalista para enfrentar a tendência decrescente da taxa de lucro. A fragilidade, por outro lado, tem a ver com as características que fazem com que o processo de acumulação contemporâneo possa eventualmente ser até mais dinâmico, pela amplitude dos mecanismos de alavancagem que estão disponíveis às unidades de capital, mas com a geração de crises frequentes e profundas como sua característica mais marcante, o que o coloca numa situação de risco sistêmico permanente. Nos termos de Harvey, isso significa que a financeirização funciona como um remédio para a sobreacumulação, que, tal como uma droga que causa dependência, só melhora o estado do doente porque o agrava cada vez mais. Sendo assim, parece lícito considerar que a violência envolvida nos processos de acumulação tornar-se-á cada vez mais profunda, exigindo cada vez mais do processo inteiro de regulação social para que as crises sejam evitadas. (*ibidem*, p. 267)

Não nos parece indispensável recolocar toda a repercussão teórica e histórica desses elementos, a não ser a consideração de que a função do Estado no processo de reprodução social torna-se mais complexa e com maior capilaridade com o âmbito privado. E talvez, por isto mesmo, parece ser mais evidente que a regulação da acumulação e a própria reprodução social fazem-se por um “sistema de regulação”.

(...) para Hirsch ([1994] 2007, p. 53) há efetivamente um “sistema de regulação” mais amplo

do que o Estado. Sugerimos que o “sistema de regulação” converge, sem identificar-se, com o que Harvey apontou como sendo “estruturas de poder independentes do Estado” (HARVEY, 2004, p. 80). Para Harvey, a regulação que ocorre fora do âmbito do Estado está direta e inteiramente submetida à lógica molecular da acumulação de capital (o que requer a interferência do Estado, mesmo que isso não seja diretamente admitido). Conforme já antecipado, aí estão basicamente as redes e estruturas de operação do capital, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos linguísticos. De maneira semelhante, o “sistema de regulação” de Hirsch consiste em uma multiplicidade de instituições, organizações e conexões sociais. Nele estão, dentre outros, as organizações de interesse geral, os sindicatos de trabalhadores e as associações empresariais, o aparato do sistema político-administrativo, os meios de comunicação e as famílias, sendo toda essa complexa rede dominada pelas determinações contraditórias da sociabilidade capitalista. Assim, também em Hirsch, aparece com destaque a importância das redes de relações sociais na regulação e, portanto, na reprodução total do sistema, porém depreende-se que aí o controle não é tão direto quanto a proposição de Harvey parece indicar. Nem todas as redes estão necessariamente subordinadas de modo direto ao movimento da acumulação, e elas podem estabelecer relações contraditórias com aspectos e elementos que também não estão diretamente submetidos a esse processo. Exemplos importantes dessa diferença são as menções que faz Hirsch às instituições de ensino e à família. (*ibidem*, p. 268)

Ora, esses elementos mais gerais do capitalismo contemporâneo afetam significativamente o plano da política. Fica muito mais difícil arbitrar políticas estatais discricionárias, como são aquelas típicas do desenvolvimentismo. É como se o capitalismo engendrasses um padrão sistêmico de política de desenvolvimento necessário para mitigar sua fragilidade estrutural.

Ainda sobre este plano mais geral, e visto na ótica das sociedades nacionais, é preciso considerar que o capitalismo global é hierarquizado. Há apreensões diversas sobre este tema presente na literatura. Neste plano de análise, fica evidente que o desenvolvimentismo se estabelece como ideologia da aceleração do crescimento, sob a liderança do Estado, para superar obstáculos específicos ao investimento privado típicos da periferia (ALMEIDA FILHO, 2016).

Contudo, a aceleração do crescimento não tem potencial de superar a dependência tecnológica e o domínio que capitais estrangeiros têm sobre o processo interno de acumulação de capital. Ambos os aspectos refletem-se em vulnerabilidade externa. Ademais, a diferenciação produtiva por tipo de capitais – estrangeiro/nacional, privado/estatal – tem repercussões políticas que afetam o “sistema de regulação social”.

Aqui estamos tratando da relação orgânica entre o processo de acumulação de capital e a estrutura social que lhe corresponde.⁷ As características produtivas da economia nacional

orientam a absorção de capitais – investimento e produção – e de força de trabalho (emprego e ocupações) em determinadas cadeias de valor. O processo é cumulativo, semelhante ao que ocorre com as trajetórias tecnológicas: quanto mais se expande a atividade, maior é sua capacidade de repercutir politicamente seus interesses.

Aparentemente, o “sistema de regulação social brasileiro” sustenta e reproduz a especialização produtiva em produtos primários e primários processados, configurando uma dependência estrutural difícil de ser alterada.

Enfim, a proposta de Mollo (2015) de mostrar um possível caminho de transformação do capitalismo inspirada no que seria um “Desenvolvimentismo Transformador” tem o mérito, como já o dissemos, de superar a dicotomia reforma-revolução que a filiação teórica ao keynesianismo ou ao marxismo parece nos impor. Em circunstâncias adversas a qualquer processo revolucionário social, como parecem ser as circunstâncias brasileiras, o desenvolvimentismo acrítico pode levar a retrocessos, impondo a lógica de mercado como sendo uma lógica liminar.

7 Para ser mais específico num viés econômico, à expansão da acumulação, da produção de riqueza, corresponde uma determinada estrutura de emprego. Se a natureza dessa produção mantém-se relativamente estável, a expansão ocorrerá também em nível dos empregos, portanto, afetando a estrutura social, nem que seja para aprofundá-la. Em outras palavras, quanto maior for a participação de determinado ramo econômico na geração de emprego, tanto maior será a sua importância política.

Ressalte-se que o debate brasileiro recente faz uma identificação entre desenvolvimentismo e keynesianismo que não encontra abrigo na referência histórica de origem e nos parece indevida. A apreensão feita em Fonseca (2004) é bastante clara a esse respeito. O período mais vigoroso do desenvolvimentismo é dos anos 1950, quando a criação da CEPAL e a produção intelectual de Prebisch deram base ao aprofundamento das políticas nacionais de industrialização na América Latina que se iniciaram nos anos 1930. No Brasil, os governos de Getúlio Vargas (1950-1954) e de Juscelino Kubistchek (1956-1961), com diferenças relevantes entre si sobre a participação do capital estrangeiro, aceleraram o processo de industrialização liderado ou coordenado pelo Estado. Este é um período em que as políticas foram impulsionadas pelas condições históricas e pelas demandas e interesses das forças sociais hegemônicas. Neste sentido, o debate histórico não está identificado puramente com qualquer linha teórica, prevalecendo certo ecletismo que o debate contemporâneo não admite mais.

Claro que os dois elementos centrais do texto de Mollo (2015) para caracterizar o desenvolvimentismo “marxista”, produção cooperativa e “canais de escuta”, podem ainda assim ser mantidos, porém, qualificados pelas possibilidades que a análise do capitalismo latino-americano e brasileiro permite alcançar. Se, por um lado, essas possibilidades parecem diminuídas pelo

esgotamento dos “governos progressistas” na região, por outro lado, abre-se caminho para uma luta mais intensa em torno de um projeto de desenvolvimento sem conciliação de classes, portanto, para um projeto de transformação social, mesmo que dentro da ordem burguesa.

Conclusões

1. O desenvolvimentismo é uma ideologia e uma estratégia de desenvolvimento características da América Latina, engendradas pelas circunstâncias em que se deu a transição ao capitalismo na região e o seu desenvolvimento posterior.
2. O desenvolvimentismo sustenta-se numa ação intervencionista do Estado para além daquelas condições que são padrão no capitalismo do Centro, incluindo, não raro, responsabilidades produtivas.
3. O desenvolvimentismo não tem caráter intrínseco transformador da sociedade capitalista na sua essência, porém, em determinadas circunstâncias políticas, pode abrir espaços para transformação do desenvolvimento regulado pelo mercado, considerando sobretudo a especificidade das economias latino-americanas, de concentração de riqueza, desigualdade e exclusão social.
4. O “desenvolvimentismo transformador” mantém-se nos parâmetros do capitalismo, embora exija, no mínimo, mitigação de alguns

elementos estruturais do desenvolvimento capitalista e latino-americano.

5. De acordo com Mollo (2015), os elementos centrais são espaços crescentes para formas de cooperação produtiva e mecanismo de participação popular nos processos decisórios na esfera do Estado.

6. Contudo, o desenvolvimento capitalista na periferia, na fase atual, ampliou os mecanismos estruturais de subordinação e dependência. Constituem-se padrões de políticas de desenvolvimento que são disseminados como padrões intrínsecos sobre os quais as sociedades nacionais não têm graus de liberdade de alterar.

7. Nessas condições, o desenvolvimentismo transformador constitui-se apenas numa possibilidade, uma utopia a nos orientar na ação política de conjuntura, centrando esforço na superação dos elementos que seriam nodais ao sistema social: relações mercantis, financeirização, regulação social, representação política e processos decisórios.

Bibliografia

ALMEIDA FILHO, N. "Nature of the state economic expanded functions in the Brazilian economy.", *Revista de Economia Política* (Impresso), v. 36, pp. 91-108, 2016.

ALMEIDA FILHO, N. & PAULANI, Leda Maria. "Regulação e Acumulação por Espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado no capitalismo contemporâneo.", *Economia e Sociedade* (Impresso), v. 20, pp. 243-272, Campinas: Unicamp, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPA/Inpes, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (org.). *Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina*. (Economic populism: Orthodoxy Developmentalism and populism in Latin America). São Paulo: Nobel, 1991.

_____. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional* (New developmentalism and conventional orthodoxy), 2006. Available on-line with English abstract: http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_developimentismo_e_a_ortodoxia.pdf

_____. *Reflecting on new developmentalism and classical developmentalism*, 2015. Available on line: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discussão/379-Reflecting-TD395.pdf>

CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp; FAPESP, 1993.

CARDOSO, M. L. *Ideologia do Desenvolvimento no Brasil*: JK e JQ. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CARNEIRO, R. de M. *Velhos e novos desenvolvimentismos*. (New and old Developmentalisms), 2012. Available on-line with an English Abstract: <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/3232.pdf>

CHESNAIS, F. "Mundialização Financeira e Vulnerabilidade Sistêmica". In: CHESNAIS, F. (org.) *A Mundialização Financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. "O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". In: Chesnais, F. (org.) *Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FONSECA, P. C. D. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. (Genesis and precursors of developmentism in Brazil), 2004. Available on-line with an English abstract: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/imagen/201210091435240.Origens%20do%20Desenvolvimentismo.pdf>

_____. "Desenvolvimentismo: a construção do conceito". *Texto para Discussão número 2103*. Brasília: IPEA.

julho, 2015. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25801, acesso em 31/10/2016.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIRSCH, J. (1994) “Forma Política, Instituições Políticas e Estado”, *Crítica Marxista*, números 24 e 25 (publicado em duas partes), pp 9-36 e 47-73, 2007.

_____. “The State apparatus and Social Reproduction: elements of a theory of the bourgeois State”. In: HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. *State and Capital: a Marxist debate*. London: Edward Arnold (publishers) Ltd., 1978 pp 57-107.

HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. *State and Capital: a Marxist debate*. London: Edward Arnold (publishers) Ltd., 1978.

MARINI, R. M. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1985.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Braziliense, 1982.

MOLLO, M. L. R. & FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais”, *Revista de Economia Política*, v. 33, n. 2 (131), abril-junho, 2013.

MOLLO, M. L. R. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas (The developmental debate: reflexions on Marxists developmental alternatives), 2015. Available on-line with English abstract: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n4/1809-4538-rep-35-04-00745.pdf>

MOLLO, M. L. R. & AMADO, A. M. A. (2015) “O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido.”, *Economia e Sociedade*. Campinas: Unicamp. IE. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art1>

POSTONE, M. “Rethinking Marx (in a post-Marxist World)”, Theory Miniconference, *Reclaiming the Arguments of the Founders*, 90th Annual Meeting of the American Sociological Association, Washington, D.C., 1995. <http://planeta.clix.pt/obeco/>

POULANTZAS, N. *Pouvoir Politique et Classes Sociales*. Paris: Maspero, 1971.

PRATES, D. “As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional.”, *Revista de Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, 9(2), pp. 263-288, mai./ago, 2005. disponível em <https://www.coursehero.com/file/5959741/Prates-As-Assimetrias-do-Sistema-Monetario-e-Financeiro-Internacional/>

PREBISCH, R. “El falso dilema entre desarrollo económico y estabilidad monetaria”. *Boletín Económico de América Latina*, Vol. VI, n. 1, Santiago de Chile, marzo, 1961. Repositório da CEPAL, http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10070/092_es.pdf?sequence=1